



ACTA n.º 49/2024

Ao dia vinte e sete do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, pelas catorze e trinta, reuniu em plenário ordinário o Conselho Local de Ação Social de Santa Maria da Feira, na Sala Polivalente do Museu Convento dos Loios, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto 1. Antes da ordem do dia; -----

Ponto 2. Leitura e aprovação da Ata da Reunião Ordinária do CLAS de 28 de novembro de 2023; -----

Ponto 3. Habitação: Programa 1.º Direito; -----

Ponto 4. Resposta habitacional inclusiva “Residências Partilhadas” – Apresentação e avaliação; -----

Ponto 5. Espaço Migrações – Apresentação dos serviços no domínio da Emigração e Imigração; -----

Ponto 6. Radar Social – Apresentação do projeto aprovado no âmbito de candidatura ao Aviso N.º 07/C03-i01/2023 do Programa de Recuperação e Resiliência, e sua implementação no Concelho; -----

Ponto 7. Ratificação dos pedidos de parecer solicitados pelo Centro Social de Gião, no âmbito da candidatura ao Aviso N.º 10/C03-i01/2023 – Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais – Habitação Colaborativa e Comunitária; e pelo MACUR – Movimento de Assistência, Cultura e Urbanismo de Rio Meão, pelo Centro Social e Paroquial de Sanfins, pelo Centro Social de Gião e pela Mutualidade de Santa Maria ao Aviso N.º 09/C03-i01/2023 – Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais – Creche, inseridos no Programa de Recuperação e Resiliência; -----

Ponto 8. Outros assuntos. -----

Ponto 1. Antes da ordem do dia -----

O Presidente do Conselho Local de Ação Social, Vereador Vítor Marques, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos os parceiros e enaltecendo, uma vez mais, todo o trabalho desenvolvido pela Rede Social concelhia. -----

Tendo presente que os mesmos foram solicitados ao Conselho Local de Ação Social após o envio da convocatória e ordem de trabalhos da presente reunião, o Vereador Vítor Marques colocou à consideração dos parceiros a integração, no Ponto 7 da Ordem de Trabalhos, da ratificação do pedido de parecer do Centro Social Paroquial de Fornos e do Centro Social



rede social Santa Maria da Feira

Paroquial de Argoncilhe. Não havendo nenhuma objeção, o referido pedido passou a integrar esta Ordem de Trabalhos. -----

A Dra. Catarina Ferreira, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social, tomou a palavra para informar todos os parceiros que foi aprovada, no âmbito da candidatura apresentada pela Casa Ozanam ao Aviso N.º 08/C01-i02/2023 do Programa de Recuperação e Resiliência, a criação de uma Residência de Apoio Moderado, com capacidade para 16 utentes. -----

Ponto 2. Leitura e aprovação da Ata da Reunião Ordinária do CLAS de 28 de novembro de 2023 -----

Posta à consideração pelo Presidente do CLAS, a ata, anteriormente enviada a todos os parceiros, foi aprovada por maioria, com 3 abstenções (Centro Social Paroquial de Fornos, Centro Social de Souto e CAFAP – Obra do Frei Gil), justificadas pela ausência na última reunião. -----

Ponto 3. Habitação: Programa 1.º Direito -----

Tomando a palavra, a Eng.ª Cláudia Leite, Chefe da Divisão de Habitação Municipal, deu nota a todos os parceiros presente que a Estratégia Local de Habitação de Santa Maria da Feira foi revista, tendo sido esta revisão aprovada em Assembleia Municipal realizada em abril de 2023. -----

De forma sistematizada, a Eng.ª Cláudia Leite informou que esta Estratégia tem prevista a concretização de 1 108 soluções habitacionais, distribuídas da seguinte forma: 720 ao nível do Acordo de Colaboração entre o Município e o IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, 101 ao nível de outras entidades do Setor Social/3.º Setor e 287 referentes a beneficiários diretos. -----

Referiu ainda que a equipa que integra a Divisão de Habitação Municipal se encontra a ultimar os processos que serão submetidos a candidatura no âmbito do PRR – Investimento RE-C02-i01: Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, em que o valor referência é compartilhado a 100%, sendo que o prazo termina a 31 de março de 2024. -----

Relativamente à promoção municipal, a Eng.ª Cláudia salientou que esta se concretizará em três âmbitos: construção de cerca de 350 fogos (14 empreendimentos); reabilitação de 397 fogos existentes em 14 empreendimentos do Parque Municipal e que não integrará o PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, de 22 fogos dispersos e de 9 fogos através da reabilitação de 2 escolas desativadas; e, por último, aquisição de 20 fogos, estando este processo em consulta ao mercado. -----



Enquadrando estas soluções em termos de territórios, a Eng.ª Cláudia Leite mencionou que, ao nível da construção, os 14 empreendimentos previstos se localizam em Arrifana (1), Espargo (1), Gião (2), Guisande (1), Milheirós de Poiares (1), Rio Meão (2), Santa Maria da Feira (2), Santa Maria de Lamas (1), São João de Ver (1) e São Miguel do Souto (1), sendo estes dois últimos um prolongamento ao empreendimento já existente. -----

Quanto aos 428 fogos que serão reabilitados, os mesmos distribuem-se da seguinte forma: Argoncilhe (34), Arrifana (26), Canedo (9), Lobão (30), Lourosa (10), Mozelos (24), Nogueira da Regedoura (36), Paços de Brandão (2), Rio Meão (22), Sanguedo (46), Santa Maria da Feira (60), Santa Maria de Lamas (18), São João de Ver (27), São Miguel de Souto (30), São Paio de Oleiros (30) e Travanca (18). -----

Ponto 4. Resposta habitacional inclusiva “Residências Partilhadas” – Apresentação e avaliação -----

De uma forma breve, a Eng.ª Cláudia Leite apresentou aos parceiros a génese e o propósito desta resposta, referindo que a mesma se destina a pessoas de baixos rendimentos que vivem isolados, em situação de grande vulnerabilidade social. Tendo por objetivos promover o acesso ao alojamento aos munícipes que não dispõem de uma alternativa habitacional digna, promover o desenvolvimento de competências sociais e pessoais dos residentes e promover as condições que permitam o exercício da autonomia, com vista à inclusão social destas pessoas, o Município de Santa Maria da Feira tem, neste momento, 6 residências partilhadas com 10 residentes, distribuídas por 5 freguesias (2 em Fiães (1 masculina e 1 feminina), 1 em Guisande, 1 em Lourosa, 1 em Sanguedo e 1 em São João de Ver). -----

A Dra. Catarina Ferreira reforçou, junto dos parceiros, que as residências partilhadas, cuja gestão é assegurada pelas entidades parceiras com o apoio próximo do Município, são uma resposta complementar e integrada entre ação social e habitação, destinando-se a públicos muito específicos. A criação destas respostas surge na sequência do diagnóstico efetuado quer pelo Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, e respetivas equipas, quer pelos restantes parceiros, privilegiando-se uma gestão partilhada e um acompanhamento social muito próximo, por força das suas especificidades. -----

O Presidente do CLAS deu nota que, de facto, existe um défice grande ao nível das tipologias T0 e T1, mas por via da equipa do SAAS temos oportunidade de desenvolvimento estas respostas de proximidade. -----



rede social Santa Catarina

A Dra. Conceição Bento, representante da Saúde, questionou sobre o modo como são ocupados os lugares disponíveis, sendo que a Dra. Catarina informou que as situações são sinalizadas pelos serviços sociais. -----

Dada a palavra aos representantes das entidades que têm a gestão partilhada destas respostas, o Dr. Batista Cardoso, Presidente do Centro Social de Gião, informou que a residência partilhada existente em Guisande tem, neste momento, 2 pessoas, salientando que estas respostas, não estando isentas de dificuldades, revelam-se de extrema importância para as pessoas, sendo, neste caso concreto, uma experiência bastante positiva. -----

O Dr. Alberto Malta, Presidente do CASTIS – Centro de Assistência Social à Terceira Idade e Infância de Sanguedo, partilhou a experiência ao nível da residência localizada em Sanguedo, salientando que a maior dificuldade, na sua maioria, se prende com a vivência partilhada entre pessoas que não se conhecem nem têm entre si qualquer relação, tendo, cada qual, um histórico de vida muitas vezes díspar. A este propósito, a Dra. Catarina Ferreira mencionou a necessidade de todo um trabalho prévio entre todas as entidades envolvidas, reforçando que as residências partilhadas não são uma resposta local, mas antes concelhia, ou seja, não é pelo facto de estarem implementadas num determinado território/freguesia que tal signifique que só possam ser ocupadas por pessoas desse mesmo território/freguesia. É fulcral olhar para esta resposta de uma forma integrada. -----

Partilhando a experiência da residência partilhada sita em Lourosa, o Sr. António Martins, representante do Centro Social de Lourosa, partilhou as preocupações referidas pelo Dr. Alberto Malta, salientando, no entanto, que este é um processo de aprendizagem. Aproveitando o momento, o Sr. António Martins sugeriu que o Município quando disponibiliza uma habitação, a mesma tenha, pelo menos, a cozinha equipada, dado que tal evitará eventuais quezílias entre os residentes. A Dra. Catarina Ferreira referiu que o Município tem em ponderação a sugestão apresentada, pretendendo, não só disponibilizar equipamento para a cozinha, como para a habitação toda. -----

Ponto 5. Espaço Migrações – Apresentação dos serviços no domínio da Emigração e da Imigração -----

O Dr. Roberto Reis, técnico do Departamento de Desenvolvimento Social, Saúde e Habitação, apresentou aos parceiros, de forma sintética, o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido ao nível das Migrações, informando que, neste momento, todos os serviços se localizam num espaço único: o Espaço Migrações, situado na Rua Jornal Correio da Feira, mais concretamente na Loja Mais Próximo de Si. -----



Deu nota, de forma mais pormenorizada, de todos os serviços (CLAIM e GAE) que este espaço presta a todos quantos queiram sair de Portugal como a todos os estrangeiros que decidem residir no concelho de Santa Maria da Feira ou a todos os feirenses que, durante anos exerceram atividade e residiram no estrangeiro, e querem agora retornar ao seu país de origem. -----

Referiu ainda o protocolo celebrado para o acolhimento de deslocados da Ucrânia e refugiados, o trabalho desenvolvido ao nível do registo de cidadãos de países da União Europeia, do Espaço Económico e Suíça, assim como a participação do Espaço Migrações no projeto NETIDEA. Salientou ainda que todo este trabalho, desenvolvido ao longo de vários anos, foi já reconhecido como um exemplo ao nível das suas boas práticas. -----

A representante da Junta de Freguesia de Lourosa, Professora Ambrosina Azevedo, questionou a nomenclatura dada às pessoas que vieram da Ucrânia, procurando saber se estas são entendidas como deslocadas ou refugiadas. A este propósito, o Dr. Roberto referiu que, ao longo da sua apresentação, quando mencionou refugiados, referiu-se quer aos deslocados, quer aos fugidos de países em situações de maior conflito, entre outros. -----

Salientando a importância deste espaço, a professora Ambrosina referiu que muitas pessoas não sabem ainda onde recorrer para solicitar ajuda nas burocracias exigidas. O Dr. Roberto referiu que cada situação é uma situação específica, dando nota da existência de maiores dificuldades ao nível da validação de documentos junto de países que se encontram em situação de conflito (exemplo: Ucrânia), reforçando que todos os parceiros, em particular os presidentes das Juntas e Uniões de Freguesias, devem reencaminhar todas estas situações para o Espaço Migrações, onde a equipa procurará inteirar-se da situação e procurar resolvê-la da melhor forma possível. -----

A representante do Conselho Municipal de Educação, Professora Guiomar Silva, deu nota da diretriz que os Agrupamentos Escolares receberam aquando da chegada de crianças e jovens da Ucrânia, que permitiu facilitar alguns processos, na medida em que, mesmo sem a documentação exigida, todas estas crianças e jovens deveriam ser inscritas nos anos de escolaridade coincidentes com as suas idades. -----

Por fim, o Presidente do CLAS parabeniza todos quantos desenvolvem este trabalho, reforçando a importância do mesmo. -----

Ponto 6. Radar Social – Apresentação do projeto aprovado no âmbito de candidatura ao Aviso N.º 07/C03-i01/2023 do Programa de Recuperação e Resiliência, e sua implementação no Concelho -----



rede social

A Dra. Catarina Ferreira deu nota a todos os parceiros que o projeto Radar Social surgiu de uma candidatura apresentada pelo Município, após convite endereçado a todos os Municípios para integrarem este projeto-piloto. Esta candidatura, agora aprovada, permitirá, numa primeira fase, atualizar os documentos de diagnóstico e estratégicos da Rede Social, nomeadamente o Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social, e numa segunda fase, fazer a georreferenciação de casos emergentes e de recursos disponíveis, funcionando e atuando numa lógica de intervenção de primeira linha. Referiu ainda que este projeto vem reforçar a génese da Rede Social, no sentido do desenvolvimento de um trabalho integrado e em parceria, sendo também uma oportunidade para revitalizar os próprios Fóruns Sociais de Freguesia. -----

Ao nível dos Recursos Humanos, este projeto será constituído por uma equipa de cinco elementos, definidos de acordo com o número de população residente em cada Município, que terão formação na área da Sociologia, Educação Social, Geografia, Política Social e Estatística e Planeamento. -----

Ponto 7. Ratificação dos pedidos de parecer solicitados pelo Centro Social de Gião, no âmbito da candidatura ao Aviso N.º 10/C03-i01/2023 – Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais – Habitação Colaborativa e Comunitária; pelo MACUR – Movimento de Assistência, Cultura e Urbanismo de Rio Meão, pelo Centro Social e Paroquial de Sanfins, pelo Centro Social de Gião, pela Mutualidade de Santa Maria e pelo Centro Social Paroquial de Argoncilhe ao Aviso N.º 09/C03-i01/2023 – Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais – Creche, inseridos no Programa de Recuperação e Resiliência; e ratificação do pedido de parecer solicitado pelo Centro Social Paroquial de Fornos -----

Apresentados os pedidos de parecer de forma breve pelo Presidente do CLAS, dando nota de que os mesmos foram analisados pelos membros do Núcleo Executivo, tendo obtido parecer favorável, justificado pela necessidade das respostas e pelas baixas taxas de cobertura do concelho, foi dada a palavra aos representantes de cada uma das entidades, com exceção do Centro Social Paroquial de Argoncilhe, que estava ausente, para que expusessem perante os restantes parceiros as suas intenções com os mesmos. -----

- Centro Social de Gião: a entidade pretende apresentar candidatura ao aviso n.º 10/C03-i01/2023 para a criação de uma habitação colaborativa e comunitária com capacidade para 50 pessoas. Pretende, ainda, ao abrigo do aviso n.º 09/C03-i01/2023, aumentar a



capacidade da Creche, criando um novo berçário com capacidade para 43 crianças. Colocados à consideração dos parceiros, ambos os pareceres foram aprovados, não votando o representante da entidade nem a representante do Centro Distrital da Segurança Social de Aveiro, dado que apenas emitirá parecer quando o ISS – Instituto de Segurança Social, IP o solicitar; -----

- MACUR – Movimento de Assistência, Cultura, Urbanismo e Recreio de Rio Meão: a entidade pretende apresentar candidatura ao aviso n.º 09/C03-i01/2023 para remodelação do edifício existente, remodelando os 50 lugares existentes e promovendo o aumento da capacidade da resposta creche com a criação de 49 novos lugares, e adaptando o edifício à legislação em vigor. Colocado à consideração dos parceiros, este parecer foi aprovado, não votando o representante da entidade nem a representante do Centro Distrital da Segurança Social de Aveiro, dado que apenas emitirá parecer quando o ISS – Instituto de Segurança Social, IP o solicitar; -----

- Centro Social e Paroquial de Sanfins: a entidade pretende apresentar candidatura ao aviso n.º 09/C03-i01/2023 para remodelação das instalações existentes (27 lugares), permitindo o alargamento da capacidade da resposta Creche, com a criação de 57 novos lugares. Colocado à consideração dos parceiros, este parecer foi aprovado, não votando o representante da entidade nem a representante do Centro Distrital da Segurança Social de Aveiro, dado que apenas emitirá parecer quando o ISS – Instituto de Segurança Social, IP o solicitar; -----

- Mutualidade de Santa Maria: a entidade pretende apresentar candidatura ao aviso n.º 09/C03-i01/2023 para, através da reconversão de espaços funcionais já existentes, alargamento da capacidade da Creche do Centro Infantil de Lourosa, criando 10 novos lugares e remodelando os 81 já existentes. Colocado à consideração dos parceiros, este parecer foi aprovado, não votando o representante da entidade nem a representante do Centro Distrital da Segurança Social de Aveiro, dado que apenas emitirá parecer quando o ISS – Instituto de Segurança Social, IP o solicitar; -----

- Centro Social Paroquial de Argoncilhe: a entidade pretende apresentar candidatura ao aviso n.º 09/C03-i01/2023 para remodelação das instalações existentes (46 lugares) e reconversão de uma sala do pré-escolar em sala dos 24 aos 36 meses, com criação de 20 novos lugares. Colocado à consideração dos parceiros, este parecer foi aprovado, não votando a representante do Centro Distrital da Segurança Social de Aveiro, dado que apenas emitirá parecer quando o ISS – Instituto de Segurança Social, IP o solicitar; -----



rede social centro social e apoio domiciliário

- Centro Social Paroquial de Fornos: a entidade pretende uma readaptação do edificado para a criação de uma ERPI, com capacidade para 40 utentes, assim como melhorar as respostas sociais existentes, aumentando a sua capacidade (Centro de Dia em mais 5 lugares e Serviço de Apoio Domiciliário em mais 75 lugares), e ajustando as mesmas às necessidades atuais. Colocado à consideração dos parceiros, este parecer foi aprovado, não votando o representante da entidade nem a representante do Centro Distrital da Segurança Social de Aveiro, dado que apenas emitirá parecer quando o ISS – Instituto de Segurança Social, IP o solicitar; -----

Tendo presente o prazo das candidaturas, a Dra. Catarina informou as entidades que o Gabinete Técnico da Rede Social fará chegar, via email a emissão dos pareceres no decorrer do dia de amanhã, 28 de fevereiro. -----

Ponto 8. Outros assuntos -----

Belmiro Pinheiro, Presidente d'O Jardim – Centro de Solidariedade Social de Canedo, tomou a palavra para dar nota que o processo de descentralização de competências nos vários domínios (educação, ação social e saúde) poderá ser uma oportunidade única para que o Município, e os seus parceiros, façam um trabalho diferenciado, questionando duas situações: a primeira relacionada com o facto da gestão da Mercearia Social de Canedo ter sido retirada d'O Jardim, passando para o CASTIIS, e a segunda situação relacionada com a ausência de resposta quanto à intenção de isenção das taxas de água, luz e gás pagas pelas instituições particulares de solidariedade social. -----

Respondendo à primeira situação colocada, o Presidente do CLAS deu nota de que a Mercearia Social não é uma responsabilidade do Município, tendo sido criada no âmbito das iniciativas desenvolvidas pelo Fórum Social da União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior. A este propósito, o Arq.º Paulo Oliveira, Presidente desta União de Freguesias, referiu que esta foi uma decisão tomada em virtude de ser o CASTIIS a entidade que, através de um protocolo de cooperação com o Município, efetua o trabalho de ação social junto da população residente nestes territórios através de uma equipa do SAAS. A Dra. Sofia, técnica afeta ao CASTIIS, informou ainda que esta mudança permitiu que a verba alocada ao recurso humano para a dinamização da Mercearia por parte d'O Jardim, fosse destinada exclusivamente à aquisição de bens alimentares, dado que o CASTIIS tem na sua equipa uma ajudante familiar que efetua este trabalho. Além disso, esta alocação da verba permitiu apoiar um maior número de famílias. -----



rede social | santa maria da feira

Relativamente à segunda situação exposta, o Presidente do CLAS reconheceu que o pagamento das taxas mencionadas corresponde a um encargo considerável para as IPSS's, informando que já foram feitas algumas diligências junto das empresas que fornecem estes serviços, no sentido de ser criada uma tarifa especial, ainda que não haja, até à data, uma decisão concreta. Sugeriu que todas as entidades elaborem uma missiva que permita ao Presidente do CLAS reforçar este apelo junto das entidades que regulam os serviços. -----
Por último, o Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares, Manuel António Melo, manifestou a sua preocupação perante a realidade que se tem verificado ao nível dos contratos de arrendamento, na medida em que, cada vez mais, os senhorios aumentam as rendas de uma forma excessiva, fazendo com que os inquilinos não tenham capacidade de suportar estes aumentos, ainda que exerçam atividade profissional. A este respeito, o Presidente do CLAS reconheceu todas as dificuldades que se têm verificado neste domínio, referindo que os apoios no âmbito da habitação deveriam ter envolvido o setor privado e não apenas as autarquias. -----
Por fim, o Dr. Batista Cardoso deixou a nota de que, acima de tudo, os representantes das entidades que atuam no território de Santa Maria da Feira devem ser muito mais parceiros e não concorrentes, apelando a que os serviços, no seu todo, não coloquem tantos entraves às próprias instituições.
Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CLAS deu por encerrada a reunião. -----

O Presidente do Conselho Local de Ação Social de Santa Maria da Feira



(Vítor Marques, Dr.)

